

PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 49 — SÃO PAULO, JUNHO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

ANGOLA: UM MASSACRE INUTIL



Foto "Manchete"

Perdidos trinta anos — uma geração — durante os quais a independência das colônias portuguesas poderia ter sido alcançada e consolidada em paz, Salazar, lança agora essa geração na fogueira de África, tirando das fabricas e dos campos milhares de jovens que têm o destino deste soldado que, gravemente ferido é transportado pelos companheiros.

A REFORMA INICIAL

Os generais de Salazar, ante o descalabro interno e externo do regime, quiseram salvar-se do desastre, e tentaram alijar o Rato que os fez. Acoraram no olho da rua, e continuaram a ser o que sempre foram: o isolador inerte que separa o Rato e a Oposição, e não deixa que os relampagos da Oposição fulminem o Rato. Este tornou o seu governo ainda mais amorfo, e elevou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros aquele Franco Nogueira que, funcionário de carreira, em todo o sentido da palavra, começou a sua como crítico literário "esquerdista", que era o que então, há vinte anos, literariamente rendia. Triste fim — ou justo fim. A primeira exibição internacional do novo chanceler era, pelo acaso das circunstâncias, um acontecimento de grande estilo. E o nosso homem foi a Oslo para presidir à reunião do Conselho da NATO. Ai, quando esperava poder, do alto da presidência, exortar os seus colegas a ajudarem a civilização cristã, encarnada por Salazar, a massacrar os africanos, ouviu da boca deles uma recusa total. Nem o deixaram abrir a sua. O governo de Salazar foi praticamente intimado, por TODOS os seus associados da NATO, grandes e pequenas potências (mesmo as que ainda são colonialistas de uma maneira ou de outra), a alterar radicalmente a sua politica

suicida, que segundo agora confessam, põe em perigo o prestígio de todos... O recém-chanceler, tartamudeou, já para as costas que se lhe voltavam, que as colônias portuguesas eram "provincias", e que... Mas ninguém o ouviu. Entretanto, em Lisboa, o Delfim do Regime, o Teotónio Pereira que passou pelo Rio de Janeiro e por Washington a sua imbecilidade, anunciava, numa entrevista, que o governo ia empreender grandes reformas na África: construir estradas, pontes, desenvolver explorações mineiras... Acontece, porém, que é tarde. Os naturais das colônias estão fartos dessas "reformas" que Portugal conhece há trinta anos. O que todos querem é liberdade e independência. Reformas autênticas, o Rato não fará nenhuma. E as reformas de "fachada", iguais às que os generais pediam, se as tentar fazer, com a conivência de pretensos oposicionistas, seus sócios em exploração colonial, nós as repudiamos com veemência, alertando contra todas as "combines" suspeitas o povo de Portugal. O Rato e a sua quadrilha, antes de mais, que se retirem — é a reforma inicial que nós sempre exigimos, em nome da decência e da liberdade, como acaba de exigir-la, mais uma vez, a Oposição interna.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Conferencia De Paris Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha

No dia 6 de Maio reuniram-se na sede do Centro Republicano de S. Paulo muitas dezenas de democratas portugueses aqui radicados, sob a presidência do capitão J. Sarmiento Pimentel e que contou com a presença da Sra. Dolores de Mello Vassão, secretária-geral da Comissão Permanente das Conferências Latino-americanas pró anistia, e de delegados espanhóis do mesmo movimento.

O dr. A. de Oliveira, que se deslocará a Paris para participar nos trabalhos da Conferência da Europa Ocidental pela anistia dos presos e exilados políticos espanhóis, fez um largo relato desses trabalhos, decorridos em 25 e 26 de Março p. p., começando por informar que a Conferência reunira 480 delegados de 10 países europeus, compreendendo parlamentares das mais diversas correntes políticas de França, Inglaterra, Itália, Suíça, etc.; o presidente das trade-unions britânicas; dirigentes sindicais e escritores; o presidente da 2.ª Conferência latino-americana, etc.

A delegação portuguesa, presidida pelo Prof. Emídio Guerreiro, de Paris, compunha-se de 24 democratas, uns provenientes do nosso país e outros de França Inglaterra e Brasil, tendo sido recebidas muitas mensagens, de entre as quais uma de Lisboa, outra de muitas dezenas de advogados portugueses; dos presos do forte de Peniche, e dos portugueses de Londres, do Canadá, da Venezuela, do Brasil, da Argentina e de outros locais.

Não obstante a Conferência ter sido convocada para apreciar apenas o problema dos presos e exilados políticos espanhóis, foi distribuído a todos os delegados um dossier sobre a política repressiva do governo de Salazar e a situação dos presos e exilados políticos portugueses, no qual se fez balanço judicial do ano de 1959-1960 informando terem sido julgados por delitos políticos, somente nesse período, 250 presos, dos quais 200 foram condenados a um total de 412 anos de prisão, acrescido de 285 anos a título de sujeição a medidas de segurança (considerando apenas o primeiro período de 3 anos), sem falar na prisão preventiva já sofrida, que em média foi de 20 meses para cada detido julgado.

Interviu nos debates da Conferência o porta-voz do Grupo de Portugueses Democratas de Inglaterra, Dra. Sacuntala de Miranda, que falou pela delegação portuguesa.

Foram feitas numerosas referências às 1.ª e 2.ª Conferências Latino-americanas pró anistia, recordando-se que neste continente surgiu o movimento mundial pela anistia dos presos e exilados políticos ibéricos e tendo sido dilucidado o carácter e as consequências deste movimento de solidariedade internacional, que vem tolhendo a repressão em Espanha e em Portugal por tal forma que as embaixadas dos dois ditadores tudo têm tentado, embora em vão, para impedir a realização de essembléias como a realizada em Paris.

A Conferência aprovou a constituição em cada um dos países par-

ticipantes de comissões em prol de anistia, para protestar contra as prisões e atendados aos direitos individuais praticados em Espanha e levar os respectivos governos a porem este problema em todos os organismos internacionais em que ele tenha cabimento.

Foi aprovada também a apresentação da mesma questão na Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

Por fim, e em íntima ligação com o movimento sul-americano pela anistia, 42 delegados não franceses aprovaram desde logo a realização de uma nova conferência europeia, até ao fim do corrente ano e a ter lugar talvez em Londres, para debater exclusivamente o problema da repressão policial em Portugal.

Após a exposição do Dr. A. de Oliveira, falaram novamente o capitão J. Sarmiento Pimentel e a Dra. Dolores de Mello Vassão, a qual comunicou a realização em Buenos Aires, em 27 e 28 de Maio, de uma reunião da Comissão Remetida do movimento latino-americano, para apreciação dos informes das delegações do mesmo à Conferência de Paris e à Organização das Nações Unidas e ainda dos trabalhos em curso para uma próxima assembléia de parlamentares latino-americanos e para a constituição do Conselho Ibero-americano de anistia. No Boletim publicado em separata neste número de PORTUGAL DEMOCRATICO, encontrarão os leitores mais pormenores sobre o movimento a favor da Anistia em Portugal.

EM PARIS:

Confraternização Luso-Francêsa

Realizou-se no dia 23 de abril passado numa vasta Sala do Sindicato dos Metalúrgicos, uma Festa de Confraternização Luso-Francêsa (Soirée d'Amitié Franco-Portugaise) comemorativa da Batalha de La Lys de 9 de Abril de 1918, em que tantos portugueses pereceram em solo francês.

A Soirée foi promovida pela U. G. E. V. R. E. (Union Fédérale des Groupements d'Anciens Engagés Volontaires et Résistants d'Origine Etrangère), que agrupa no seu seio os antigos combatentes de origem estrangeira que — em França — se bateram quer na Guerra de 14-18, quer na luta antifascista de Resistência de 1939-45.

Apesar das horas difíceis que nesse momento ameaçavam a França, a Soirée não deixou de se realizar com a presença de cerca de 200 portugueses e franceses, entre os quais antigos combatentes portugueses e de outras nacionalidades.

A Presidência da Soirée foi tomada pelo Senhor Alexandre Braslavsky, Presidente da UGEVRE, secundado pelo Secretário da mesma associação o Sr. Fernand Zanca, e pelo vice-presidente sr. Mafial. Foram ainda chamados para a mesa da Presidência os antigos combatentes e resistentes Dr. Emídio Guerreiro, José Martins e Augusto Nunes. Igualmente na Presidência se viam Madame Guerreiro, o Sr. Carneiro (antigo Presidente da Federação dos Imigrantes Portugueses em França), o Sr. Garcia que representava na Soirée o CISAÍ (Comité International de Solidarité aux Antifascistes Ibériques). Também foram chamados à Presidência o Sr. Yvan Craipeau — do Bureau Político do RSU — e o orador da noite, o historiador Doutor António José Saraiva, membro da Conselho Mundial da Paz e actualmente "attaché de Recherches" no "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris.

O sr. Fernand Zanca começou por dar leitura ao expediente que compreendia, nomeadamente, um

telegrama do Sr. Coronel Helder Ribeiro — do Pôrto — ele mesmo antigo combatente da Guerra 14-18 — dizendo: "émú hommage rendu anciens combattants portugais je salue tout mon coer France immortelle". O ilustre advogado do foro parisiense, e Secretário da Associação Internacional dos Juristas Democratas, Maitre Joê Nordmann, enviou também uma saudação amigável. Da mesma forma o Prof. Manuel Valadares, impossibilitado de comparecer, enviou as suas saudações à Assembléia.

Começou por falar, numa breve alocução, o Presidente da Soirée, Alexandre Braslavsky — antigo combatente e oficial de Legião de Honra — que se referiu ao papel de todos os antigos combatentes de origem estrangeira nas lutas que em França se têm desenrolado pela Liberdade e pela Paz, à contribuição portuguesa a essas lutas em França — e também em Portugal, cujo Povo declarou conhecer — e finalmente declarou, referindo-se à situação do momento, que se necessário fosse os combatentes de origem estrangeira voltariam a pôr-se ao lado do Povo Francês na luta contra a ameaça fascista.

Seguidamente foi dada a palavra ao Doutor António José Saraiva, que fez uma brilhante análise do que foi a participação portuguesa na guerra de 14-18, as condições que a determinaram e as contradições a ela inerentes e dela resultantes. Sublinhou a difícil situação em que se viram as tropas portuguesas na batalha de La Lys, os pesados sacrifícios que essa situação lhes impôs e o heroísmo do seu comportamento. Depois de ser referido aos reflexos da 1.ª Guerra Mundial na vida dos povos e em Portugal, passou a analisar a actual situação em que se encontra a Humanidade — em que a guerra deixou de ser um meio de resolução dos seus problemas, e os progressos científicos gigantescos como o da conquista do Cosmos impõe mais do que nunca a Paz como condição de todo o progresso. Terminou em português, num apelo sentido em que exprimiu a convicção profunda de que a Paz, tanto no interior como no exterior, é hoje a maior necessidade e o maior desejo do Povo Português.

Depois do discurso do Doutor António José Saraiva, calorosamente aplaudido, fez-se um pequeno intervalo antes de se entrar na segunda parte da Soirée: recreativa e musical.

A parte recreativa incluiu um filme documentário sobre algumas cenas da Primeira Guerra Mundial, e em seguida um programa de Fados que foi muito apreciado pela assistência — tanto franceses, como os trabalhadores portugueses saudosos da sua terra.

Os fados foram cantados por Maria Silvestre e Lourenço de Oliveira, acompanhados à guitarra por Domingos Camarinha e à viola por Pedro Leal. Os artistas foram entusiasticamente aplaudidos pela assistência.

—oOo—

A Presidência da Soirée, considerando o carácter da mesma, e o fato de por um lado ela comemorar a luta pela liberdade de antigos combatentes portugueses, e por outro lado se realizar sob o signo da Amizade Luso-Francêsa, manifestou à Assembléia o seu desejo de enviar à Presidência da República Portuguesa um telegrama insistindo na concessão de uma larga anistia aos presos e exilados políticos portugueses — o que todos os presentes aprovaram unânimemente.

Fundação Abel Salazar

Esta fundação, que se destina a perpetuar o nome e a obra do grande patriota português, precisa da ajuda de todos nós para manter-se. Adquira reproduções de obras de Abel Salazar, pedindo o catálogo à nossa Redacção.

Comissão de Interligação

Prosseguem os trabalhos desta Comissão, que está empenhada, como é já do conhecimento público, em assegurar as formas mais exequíveis de ligação com os organismos políticos da frente interna e entre os diversos núcleos da emigração, com o fim de contribuir para a desejável unidade operacional de todas as forças anti-salazaristas.

Os núcleos de emigrados oposicionistas já constituídos e os que venham a constituir-se (apelo que dirigimos aos democratas em situação de para isso contribuírem) deverão rapidamente estabelecer contacto com esta comissão, não obstante a ausência de funções diretivas por parte dela.

Conferencia Europeia Para a Anistia em Portugal

Os representantes de PORTUGAL DEMOCRATICO no Exterior, que estejam interessados em organizar as delegações portuguesas dos países onde residem, á referida Conferência devem comunicar-se urgentemente com a SECRETARIA DO MOVIMENTO PARA A ANISTIA EM PORTUGAL, na Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, São Paulo, Brasil.

LEIA:

"MISSÃO EM PORTUGAL"

de Alvaro Lins

Preço Cr\$ 450,00
Exterior incl. portes US\$ 3

"QUANDO OS LOBOS JULGAM"

(A defesa de Aquilino Ribeiro)

Cr\$ 100,00

"OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS"

de MARIA ARCHER

Cr\$ 200,00 — Enc.: Cr\$ 300,00

Pedidos à nossa Redacção

O terror policial contra a democracia

N. da R. — Não estranhem os leitores o pequeno espaço ocupado hoje por esta Seção. É que a partir deste numero PORTUGAL DEMOCRATICO publica em separata um Boletim mensal do Movimento a favor da realização, ainda este ano, de uma Conferência para a Anistia em Portugal, na Europa. E é nesse Boletim que serão divulgados, doravante, os crimes cometidos pela PIDE contra os patriotas portugueses. A pequena noticia que publicamos seguidamente, é material de ultima hora e só por isso é que não vem publicada no Boletim deste mês.

Continuam as prisões de democratas portugueses, e os esbirros da PIDE são cada vez mais "valentes" durante os longos interrogatorios, recorrendo a processos de uma bestialidade dia a dia maior, no intuito afã de arrancarem aos homens e mulheres, suas vítimas indefesas, confissões de "crimes" que "justifiquem" essas prisões.

Recentemente foram presos mais os seguintes patriotas: Fernanda Paiva Tomaz, Ilídio Esteves, Mario Sena Lopes e Maria Diogo.

Fernanda Paiva Tomaz, estudante universitaria, esteve de "estatua" de 9 a 13 de fevereiro passado, sendo novamente submetida à mesma tortura no dia 24 do mesmo mês. Os "interrogatorios" dessa patriota foram dirigidos pessoalmente pelo chefe do bando da PIDE, Homero de Matos, que increpava os seus subordinados sempre que eles davam mostras de cansaço durante os espancamentos.

Na Marinha Grande o inspetor da PIDE, Lopes, procura concorrer com o famigerado Homero de Matos na brutalidade com que comanda o espancamento dos operários que ele desconfia que sejam democratas. Recentemente foram presos mais os seguintes operários vidreiros: Francisco de Sousa, Julio Salvador, Roger Martins, Bronze, Manuel Franco, Antonio Franco, Gomes, Baridó e o João Barbeiro.

O mesmo chefe Lopes dirigiu uma operação de "comandos" da PIDE em Leiria, Nazaré e Alcobaça. Foram feitas cerca de 40 prisões, não se sabendo ainda os nomes dos detidos.

Para dificultar ao maximo as diligencias das familias dos patriotas que a PIDE vem prendendo, no sentido de lhes remeterem alimentos e vestuario, é norma atualmente em todo o País a deslocação frequente dos presos políticos de uma para outra cadeia, a fim de que seja praticamente impossivel saber-se o paradeiro exato deles.



Tudo se vende
através dos
CLASSIFICADOS de

O ESTADO DE S. PAULO

AS ESQUERDAS

JORGE DE SENA

O mundo está virando canhoto, sobretudo em questões de oposição aos regimes constituídos à base de autoritarismo e colonialismo. É uma atitude louvável, importante, mas sobretudo muito significativa. Nós, os que temos vinte anos de esquerdismo ou mais, que indefectivelmente insinuamos ou proclamamos um esquerdismo lúcido, consciente e responsável, passamos agora a vida ouvindo conselhos e exortações: a "missão" das esquerdas, o "papel" das esquerdas, a "responsabilidade" das esquerdas, o "futuro" das esquerdas, a "omissão" das esquerdas. É uma catadupa, uma gritaria, tão insistentes, tão recém-chegadas, tão prementes, tão generosas, que começamos todos a olhar com desconfiança a mão esquerda — aquela mão de que muito justamente se diz que a direita não deve saber o que ela faz...

Afinal, o que serão essas "esquerdas" que têm de organizar-se, de unir-se, de proporem-se a tudo, de arcarem com tudo, sob pena de serem responsáveis por tudo o que os outros fizerem? E será que, numa designação tão corporativa, que os mais variados indícios de imprecisão nos revelam muito ampla, não entra todo o mundo? Quais são os outros que não são a "esquerda"?

Quando se fala tanto em "esquerda" (mas a "esquerda", mais do que a DIREITA), TEM DE SER uma coisa COERENTE, já que, no nosso mundo, NÃO POSSUI AS COISAS que a dispensariam de o ser — lembremo-nos que a moral das "direitas" é sempre aquela do "se não foste tu, foi o teu pai o ano passado", ora quando se fala tanto em "esquerda" e tanto se insiste na união daquelas muitas, todas activas e representativas que parece que afinal há, impõe-se, sem dúvida, que se comece por definir o "esquerdismo".

Há em todas as agremiações e orientações políticas, uma "direita" e uma "esquerda". É e é uma verdade observável, no nosso mundo actual, que as velhas estruturas partidárias não correspondem mais às realidades sociais e políticas, às quais procuram impor, à custa dos mais diversos esforços e artifícios, a própria sobrevivência. Esta verdade acentuou mais, na aparência e na confusão propagandística (já que, não tendo nós o controle da aparelhagem económica e financeira, não podemos saber ao certo qual é, em cada circunstância, a efetiva realidade), o equívoco tremendo de imaginar-se que, havendo tanta "esquerda" (esquerdas monárquicas, esquerdas católicas, esquerdas republicanas e liberais, esquerdas socialistas, no caso português), essas esquerdas se encontram todas no mesmo lado, são sobreponíveis nas suas aspirações. Equívoco que levaria, na primeira oportunidade política, as verdadeiras "esquerdas" a um desastre.

Longe de mim (garanto) a suspeição de que, ao insistir-se numa união que é infinitamente desejável e necessária, se pretende lançar cavilosamente as bases daquele desastre. Mas também longe de mim a ilusão de aceitar como "esquerdismo" o entusiasmo que certos aspectos aparentemente esquerdistas do mundo de hoje despertem no esquerdismo de muitas pessoas bem intencionadas.

O pior inimigo de qualquer "esquerda" que se preze foi sempre o oportunismo (no mais elevado sentido da palavra, note-se). Porque o oportunismo, tentando a "esquerda" com as possibilidades de realizar algumas reformas, a amarrar sempre aos compromissos da "direita". E, como sempre, de um ponto de vista político-social, e sobretudo em Portugal, as reformas devem ser de BASE, ou NÃO serão.

No mundo de hoje, a luta anticolonialista dos povos africanos serve, sem dúvida, o interesse da "esquerda", na medida em que retira às DIREITAS TRADICIONAIS algumas das suas mais efetivas fontes de receita. Essa luta, porém, está longe de ser uma revolução social, apesar dos exemplos sugestivos da China ou de Cuba. E pode perfeitamente passar por uma fase burguesa, no seu aspecto

peculiar de "despotismo esclarecido" (mas centrista ou direitista até), como é bem observável nas remodelações políticas dos Estados Árabes, ou nos governos de muitos dos novos Estados Negros da África. E é muito provável que uma esquerda demasiado comprometida (não apenas por tática ou estratégia, mas por ILUSÃO) com compromissos direitistas, se veja a certa altura confundida, com NOVAS "DIREITAS", na reconstrução de Estados neo-colonialistas. Isto é apenas um exemplo extraído da mais candente, para portugueses, das questões actuais.

A verdadeira "esquerda" — e definamo-la o mais amplamente possível — implica que os monárquicos, mesmo continuando fiéis ao seu sonho de restauração, reconheçam que não é possível por em causa a legitimidade do regime republicano, visto que os monárquicos podem viver em República democrática, mas os republicanos não podem, mais tarde ou mais cedo, viver em Monarquia (com todos os perigos daí decorrentes para ela ou para eles), quando a Monarquia, por definição, exclui da chefia do Estado a representação popular. Para que isso fosse possível, era necessário que, no caso português, houvesse — E NÃO HÁ — uma tradição de trezentos anos de Presidência hereditária da República, como é o caso inglês.

Implica que, com fórmulas de independência absoluta ou transicionais de Estados dentro de uma Comunidade, se reconheça iniludivelmente o direito dos povos à auto-determinação, sem reservas de qualquer espécie. Onde argumentos de paternalismo, de "missão histórica", de interesses estabelecidos, aparecerem a condicionarem aquele reconhecimento, o "esquerdismo" não é possível, ou é oportunismo de tática política.

Implica que os católicos aceitem que o Estado é e não pode deixar de ser LAICO, garante de uma total liberdade de culto e de ensino, e que o fato de haver num país uma maioria católica (que entenda, legitimamente, ser sua obrigação defender e proclamar os ideais decorrentes do seu credo) não autoriza esta a exigir do Estado uma subserviência ou uma associação que, no plano das liberdades democráticas, nada justifica. Do mesmo modo que não há religião de Estado, não pode haver Estado da religião.

Implica que todos, sob pena de traírem as convicções básicas da democracia, reconheçam que esta não tem o direito de constringer ou suprimir o exercício de qualquer das liberdades a qualquer cidadão, independentemente do seu partidário político. E isto implica que a legitimidade de todos os partidários não é passiva de discriminações de qualquer ordem. Onde, em nome da democracia, essas discriminações são feitas, quando não foi ou não está sendo construído Estado socialista, isso significa que a democracia é apenas uma fachada para que as DIREITAS TRADICIONAIS continuem controlando o Estado.

Implica que os socialistas reconheçam que, se não for possível a instauração de um Estado socialista (por circunstâncias e servidões políticas de várias proveniências, inclusive as de política internacional), isso não os obriga a aderirem a um reformismo mitigado, já que as verdadeiras reformas não resultam nunca das complacências da "esquerda", mas da exigência irredutível com que pugnarem por elas.

Implica que os liberais aceitem que a reconstrução político-económica de um país subdesenvolvido, admitindo mesmo o auxílio financeiro externo em larga escala (e que esse auxílio não se condicionaria a sujeições políticas), não é possível em regime de total liberalismo económico, mesmo com as nuanças doutrinárias de um Keynes ou de um Ehrard. E que um país, que emerge de décadas de obscurantismo e de monopolismo económico-financeiro, tem de começar por alterar impiedosamente as es-

truturas financeiras anteriores, transferindo-as das mãos dos seus mandatários (coniventes e principais beneficiários da política dessas décadas) para as mãos de administradores que mereçam a confiança da democracia. É óbvio que essa transferência não implica uma expropriação (a não ser nos casos de cartelização), mas um controle político.

Falar em "esquerdas", sem que tudo isto fique previamente bem claro, sem que se postule uma intensiva reeducação política, sem que se exija a total despolíticação das Forças Armadas (garantia contra golpes de duvidoso "esquerdismo..."), sem que haja um comprometimento firme quanto à eliminação (de uma vida política ativa) daqueles elementos que foram os serventuários dedicados ou cobardemente complacentes de uma "ordem" mantida sem complacência alguma, falar assim em "esquerdas" é o mesmo que falar de uma coisa que não existe. E não há nada mais perigoso, em política, do que acreditar nas palavras, antes de estas se terem declaradamente, confessado RESPONSÁVEIS. A única forma de responsabilidade política, em matéria de ESQUERDISMO, é a apresentação de um programa mínimo. Só as "direitas" se podem dar ao luxo de funcionarem sem programa, apenas com palavras. Não lhes é aliás difícil: onde as palavras não cheguem, sempre chegará por elas a polícia ou o poder dos "trusts" internacionais.

SALAZAR NO BANCO DOS REUS



Esta é a charge de Hilde

Weber publicada em "O Estado de S. Paulo" que serve de capa ao folheto "Ainda o Caso do Santa Maria" da autoria de João Sarmiento Pimentel publicado em "Anhembi", a revista paulista, proibida em Portugal, como matéria da Redação.

A repercussão desse artigo foi muito grande, a ajuizar pelas cartas recebidas do Brasil e do Exterior. Como seria extremamente difícil fazer entrar clandestinamente em Portugal essa revista, havemos por bem reproduzir o artigo em folheto que será remetido a quem o pedir, enviando-nos dez cruzeiros em selos do Correio para despesas de expedição.

Opiniões Insuspeitas

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

Esta opinião que abaixo se transcreve é do ultimo ministro da Defesa do Salazar. Deve valer, por certo, para os comandadores salazaristas, que viam nele a arriosta mais forte do Estado Novo.

Mas aconteceu que o hominhu, oportunista toda a sua vida, acreditou estar nos ultimos dias o reinado do fradalhão de Santa Comba, e como ponte de passagem para a proxima situação republicana, vá demandar ao patrão a missa aconselhadora dessa radical mudança de rumo na politica reinol e no Ultramar, — opinião dos grandes da tropa fandanga e a dele também que, embora considerado o cagômor do Exército, ocupava o posto de cupula na conferencia dos cabides de farda.

Foi a conta. Salazar que já tinha utilizado aquela porção de laparotos para se manter no Governo, deu-lhes o fora como a qualquer assalariado sem contrato de trabalho.

E substituindo, na Defesa, os militares pela Pide, mandou aqueles para a Africa, onde irão morrendo tão ingloriamente como serviram a Portugal e ao seu povo.

"Senhor presidente do Conselho
Excelência

A gravidade do actual momento politico internacional enche de preocupações o país, a que as Forças Armadas não podem ser indiferentes e, antes pelo contrario, vivem intensamente as dificuldades que de todos os lados surgem.

Tenho já exposto a Vossa Excelência a difficil conjuntura actual e apontado medidas pertinentes para se desanuviar a situação. Isto obriga-me a sumariar aquelas medidas, que julgo indispensável expor a Vossa Excelência no momento em que se afirma estar em curso uma modificação do actual elenco ministerial.

Num recente Conselho de Ministros alvitrei que Vossa Excelência reunisse o Conselho Superior de Defesa Nacional, dada a gravidade da situação que se adivinhava, sendo necessário definir responsabilidades que poderiam representar o aniquilamento total ou a sobrevivência das Forças Armadas, uma vez que a acção politica do governo parecia incapaz de poder fazer face aos acontecimentos.

Dia a dia a situação tem-se agravado e deteriorado de forma a que, em minha opinião, só um choque psicologico de envergadura poderá desanuviar o ambiente politico nacional e o pesado clima internacional.

Atrevo-me, assim, senhor presidente, apresentar a Vossa Excelência o sombrio quadro que ao meu espirito se apresenta na convicção de que possa prestar um serviço a Vossa Excelência e às Forças Armadas, pela previsão do que possa suceder, se imediatamente não forem tomadas as medidas urgentes que o país reclama.

Julgo que se torna necessário reforçar a unidade nacional, alargando a ambito da cooperação ao maior numero dos que acima de tudo querem servir o país, pondo de parte todas as razões que nos dividem, tornando-se assim, necessário encontrar um vasto campo de entendimento comum que nos não separe por razões mesquinhas.

O quadro politico da actual situação é muito estreito e tem-se sucessivamente apertado, estando hoje confinando a valores politicos gastos, e em muitos casos, sem idoneidade moral bastante que se imponha.

Não perfilho o critério, por vezes apontado, que não há valores em numero bastante para se renovar, dentro da continuidade, o espirito que inspirou o Movimento de 28 de Maio e que tão adulterado se encontra por aqueles que mais servem por conveniência, pondo de parte os que seriam capazes de malhor o servirem por devoção.

E indispensável, portanto, a meu ver, chamar ao trabalho politico valores novos e outros, experimen-

tados sim, mas indiferentes ou mesmo inconformistas par terem perdido a fé.

Modificar um governo por outro igual ou parecido não tem hoje significado politico, e até, pelo contrario, poderá representar, em tão difficil emergência, que nada já há a esperar.

Essa renovação e revalorização dos valores politicos existentes impõe-se, tanto na Metropole como no Ultramar, e talvez ainda mais no Ultramar. Para que essa renovação produza o choque psicologico indispensável, afigura-se-me que só uma mutação profunda de pessoas, de metodos e de saneamento poderá atingir o fim que se pretende.

Eu sei que poderosos interesses poderão entrar ou dificultar o desenvolvimento desta politica preconizada, que é a única susceptivel de melhorar as condições sociais do trabalho, elevando Portugal no conceito internacional, onde o baixo nivel das classes rural, operaria e média é motivo de censura frequentemente apontada.

Julgo que o reforço da Unidade Nacional, assim alcançada, pode contribuir para a melhoria da situação internacional se adequadas medidas forem tomadas, de forma a deixarem de existir as razões que nos fazem considerar um País onde as liberdades, essenciais não existem e onde, com pequenas modificações, mais de aparência do que de forma, essas queixas poderão deixar de nos ser imputadas.

É sentimento geral que a acção politica da nossa diplomacia desde há muito tempo se revela inadequada, e que os fatos demonstram não ter estado à altura da sua missão historica.

Verifica-se no actual governo e nos anteriores, uma descoordenação perigosa, mesmo entre aqueles Ministerios onde existe um ministro coordenador e onde falta espirito de ligação e de subordinação, o que torna inoperante a acção deste.

Lamento, senhor presidente, ter de apontar estes fatos, visto que não pode haver governo onde não haja espirito de equipe, porque, sem este, os Ministerios tornam-se, antes Federações de ministros.

No que mais propriamente diz respeito às Forças Armadas, a situação destas é angustiosa e caminhamos para uma situação insustentável, onde poderemos ficar à mercê dum ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicidio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a politica lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar.

Perdidas as esperanças de podermos ser auxiliados pelos nossos mais antigos amigos, a descrença invade todos e as acções emocionais passageiras nada estruturam.

No campo politico, assim o entendem os chefes militares responsáveis, que já se manifestaram no Conselho Superior Militar, essas preocupações são evidentes. Não devo ocultar a ata da última reunião daquelle Conselho, onde o senhor ministro do Exército expunha o ponto de vista deste ramo das Forças Armadas, e um memorando do chefe do Estado-Maior da Força Aerea, que me foi entregue por intermedio do subsecretario, o qual reflete, no dizer deste, o pensamento da Força Aerea.

Perfilho inteiramente todos estes pontos de vista, e pessoalmente, pelas afirmações recebidas de tantos outros membros das Forças Armadas, atrevo-me a testemunhar a vossa excelência a gravidade da situação, juntando os meus votos para que se não desagregue a coesão das Forças Armadas, a última força que pode impedir que a Nação caia no caos e na irresponsabilidade."

A agonia de Angola

— Do "Economist" de Londres —

Até há pouco Angola foi, de todos os territórios africanos, o mais refratário à mudança política e, na verdade, ao mais modesto progresso social. Agora "os assim chamados ventos da história" (a frase desdenhosa é do dr. Salazar) atingiram e atravessaram a fronteira de Angola. Uma área de cerca de 103.500 quilômetros quadrados que se limita com o Congo, e maior do que o próprio Portugal, encontra-se em um estado de colapso econômico e guerra civil.

O estranho a propósito da rebelião atual é que, apesar do aparato de regime totalitário, as autoridades foram tomadas completamente de surpresa. Os ataques começaram em fevereiro quando grupos de terroristas desceram, numa frente extensa, da República do norte de Angola. Alguns vinham armados de fuzis e metralhadoras, mas sua arma principal consistia na terrível "katana", o nome local dado à "punga", ou facão. O modelo de campanha é simples e primitivo: grupos de saqueadores atacaram fazendas e aldeias remotas e solitários postos comerciais, surpreendendo os habitantes brancos e seus operários negros a dormir ou fazer o desjejum. A matança é feroz e indiscriminada. Os retratos e filmes disponíveis em Luanda mostram que os rebeldes estão travando uma guerra com uma selvageria que iguala os piores excessos cometidos pelos mau-mau.

Embora o serviço secreto português tenha sido ineficaz e pouco se saiba a respeito dos líderes da insurreição, os indícios que se têm sugerem que a campanha foi, até certo ponto, combinada e planejada. Diversos alvos são atacados simultaneamente. São destruídas pontes e obstruídas estradas com o objetivo de retardar a chegada de forças de socorro. Para os rebeldes, a fuga é fácil; esta terra de pantanos equatoriais, capinzal que atinge dois metros de altura, e estradas que as chuvas tornam intransitáveis, proporciona um teatro perfeito para a luta de guerrilhas. Refugiados brancos e negros que lograram escapar chegaram a Luanda num estado de estupefação e horror, e os relatos que fizeram na qualidade de testemunhas oculares incutiram na população ódio e temor que constituem mau agouro para o futuro das relações raciais no território. Até na cidade, brancos pobres, todos eles portadores de armas, saíram às ruas e mataram africanos inocentes movidos unicamente pelo acesso de cólera. Diversas dezenas foram mortos desse modo. Um toque de recolher às oito horas colocou um paradedo a essa atividade, mas não antes de haver causado muito dano.

A reação do governo português tem sido tão rápida quanto os meios permitem. Por avião foram enviadas tropas pára-queidistas, e por mar chegou um batalhão de infantaria; quatro outros navios carregados de tropas estão a caminho. Sua chegada, e o fim da estação úmida em junho, assinalam o desencadeamento de esforço total para esmagar a revolta. Na falta de informações oficiais, calcula-se que cerca de 15.000 soldados angolanos e metropolitanos e a polícia estão atualmente desdobrando-se no território. Sabe-se que seus métodos de repressão são severos, chegando até a praticarem atos bárbaros, mas uma censura férrea e uma recusa cabal em permitir que quaisquer jornalistas (mesmo pertencentes à cativa imprensa local, cujos redatores são meros papagaios presos numa gaiola oficial) visitem a província setentrional ocultaram eficientemente do mundo essas medidas cruéis que constituem atualmente toda a política angolana do dr. Salazar. O plano militar é muito simples. A força aérea é a primeira a agir, bombardeando e destruindo qualquer aldeia suspeita de abrigar rebeldes. Em seguida, vem o exército a fim de "pacificar" o que resta.

Em Luanda jamais se menciona a palavra "prisioneiro", quer em conversa quer em qualquer comunicado. Tampouco, excluindo as notícias de obitos de europeus conhecidos, se tem publicado listas de baixas. Segundo o cálculo disponível mais fidedigno, feito de acordo com os dados fornecidos por fontes oficiais, o número de brancos mortos foi de 700 a 900; e é razoavelmente certo que o número de africanos mortos atinge muitos milhares de ambos os lados. O fato de somente vinte brancos haverem perdido a vida em Kenia durante toda a campanha dos mau-mau demonstra, de certa forma, a ferocidade silenciosa da atual luta que se trava na região norte de Angola.

A qualquer pergunta que se faça para saber precisamente quem é o responsável pela revolta, as autoridades portuguesas respondem invariavelmente que é instigada do exterior e empreendida por agitadores e elementos crimina-



Negros desarmados, das regiões onde é mais violenta a luta pela independência são obrigados a remover os obstáculos atravessados nas estradas pelos patriotas angolanos.

nosos que procuraram refugio no ex-Congo belga. É verdade que muitos africanos vivem ao norte do estuário do Congo, e muitos mais habitualmente atravessam e tornam a atravessar a fronteira com o tradicional desprezo pelas linhas retas, misteriosamente traçadas num mapa pelo homem branco. A extensão da revolta, porém, e o fato de que simpatizantes dentro de Angola frequentemente se associam aos invasores, fazem lembrar que agora os portugueses se defrontam com uma revolta de âmbito nacional. Parece que os principais responsáveis são duas organizações: a União das Populações de Angola (UPA), chefiada por Roberto Holden, um angolano negro, com sede em Leopoldville; e a Frente Revolucionária para a Independência Nacional (FRAN), uma união de quatro grupos de oposição sediada em Conakry que goza do apoio ativo de diversas nações africanas que surgem.

As consequências econômicas da revolta já assumem certa gravidade. O café é o principal produto de exportação do território. Grandes quantidades são vendidas aos Estados Unidos, onde se verifica que é muito apropriado para fazer café "expresso". A região norte de Angola é a principal região produtora de café. Nas últimas semanas os rebeldes destruíram grandes estoques guardados em armazéns locais, e este ano não haverá nenhuma safra porque os trabalhadores fugiram ou foram mortos. Já se nota o efeito na onda crescente de desemprego entre os brancos pobres e os negros mais pobres. Os homens de negócio de Luanda enviaram um cabograma pedindo ajuda financeira ao dr. Salazar, mas até agora não receberam nenhuma.

A primeira reação de uma pessoa que visita Angola no dia de hoje é de surpresa ao verificar que as autoridades puderam conservar estática por tanto tempo uma situação tão madura para mudança. Alguns dados básicos causam péssima impressão. Depois de 400 anos de domínio português há ainda menos de 400 quilômetros de estradas asfaltadas. O salário médio do africano é de seis dólares por mês. Com 98 por cento de analfabetos, a taxa de analfabetismo está entre as mais altas do mundo (Portugal metropolitano, com uma taxa de 45 por cento, pode fazer uma reivindicação correspondente na Europa). Agora as cidades principais e alguns postos missionários, dificilmente existem serviços sanitários. Ainda vigora o iníquo sistema de trabalho por contrato; o último exemplo foi fornecido no princípio deste ano quando se trouxeram africanos para trabalhar nas plantações de algodão em Malange. Seus salários eram tão baixos que os operários fizeram greve; foram imediatamente bombardeados pela força aérea portuguesa. Alguns consideram esse incidente como a causa imediata da revolta atual.

Numa população negra de quatro milhões e meio, Angola possui 30.000 "assimilados" que gozam dos direitos básicos negados aos seus compatriotas. Para serem admitidos nessa classe, devem ser aprovados em determinados testes que são aplicados rigorosamente; devem prover às suas próprias ne-

cessidades, devem saber ler e escrever fluentemente a língua portuguesa, e devem ter cortado todos os laços que os ligavam à sua tribo. Alguns desses prosperaram no serviço público e nas profissões escolhidas; outros, para desapontamento dos portugueses, deixaram — tal como aconteceu na Argélia — o país a fim de juntar-se ao movimento de libertação dirigido do exterior. Com exclusão dos "assimilados" — a única joia numa coroa deslustrada — o quadro geral da vida africana em Angola é de ignorância, miséria e repressão medievais. Não deve constituir surpresa que Portugal tenha sempre recusado qualquer inspeção imparcial que a ONU quisesse fazer em seus territórios africanos. Há muita coisa a ocultar.

No ano passado ou nos dois últimos anos os brancos moderados de Angola começaram a ficar cada vez mais conscientes de que a situação era demasiadamente má para poder durar. De vez em quando, irrompe a oposição ao dr. Salazar. No monólito apareceram ligeiras fendas. Sabe-se que um poderoso setor da hierarquia da igreja católica está a favor de uma política de separatismo. O irrompimento da rebelião, contudo, e a selvageria praticada por ambos os lados representam um revés para essas tendências liberalizadoras. A maioria dos 163.000 brancos de Angola colocaram-se ao lado do governo de Lisboa, e não vê outra solução a não ser o emprego de força; mas o Exército português é pequeno e não tem experiência para enfrentar uma revolta do âmbito da atual; além disso, a região agreste favorece o inimigo. Atrás de portas fechadas em Luanda ouve-se a expressão "outra Argélia", e dúvidas são sussurradas quanto ao resultado. Poderá Portugal prosseguir sozinho?

PORTUGAL DEMOCRATICO

Apresentado à ONU novo Projeto de Resolução Sobre Angola

NOVA IORQUE, 19 de maio. — A Índia, o Ceilão, Ghana, o Iraque, a Libéria, e o México apresentaram ontem à Comissão de Informações da ONU relativas aos territórios não autônomos um projeto de resolução, no qual "observam com pesar" que o governo português não deu ainda as informações que lhe foram pedidas sobre as condições de vida em seus territórios do ultramar. O projeto pede ainda ao secretário-geral da ONU que prepare uma documentação sobre o assunto.

Seus autores lembram igualmente que a resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1960, estipulava que Portugal estava obrigado a dar informações relativas aos seguintes territórios: Angola, Cabinda inclusive Moçambique, Goa e suas dependências, Macau e suas dependências, Timor e suas dependências, Cabo Verde, Guiné portuguesa, São Tomé, com suas respectivas dependências e São João Batista de Ajuda.

Informa-se, por outro lado, que a Comissão encarregada de investigar, com base em documentos, a evolução da situação em Angola, será integrada por cinco países, designados pelo presidente da Assembleia Geral da ONU, Frederick Boland. Esses países são Bolívia, Dahomey, Finlândia, Malásia e Sudão.

Portugal isolado dentro da NATO

Os chanceleres da NATO fizeram um apelo coletivo a Portugal para que este país modifique imediatamente sua política colonial na África. O chanceler português Franco Nogueira foi informado por seus colegas de que seu governo não pode esperar que os outros membros da NATO apoiem cegamente sua política colonial perante as Nações Unidas. A maior parte dos delegados, a começar pelo chanceler norueguês, fez ver ao representante luso que os dias do colonialismo tradicional já passaram, pertencendo agora à História. Liderados pelos representantes da França e da Grã-Bretanha, lembraram os chanceleres ao enviado de Salazar a conveniência de procurar acordos com os nacionalistas africanos, para que os novos Estados que vão surgindo na África, permaneçam ligados por laços de amizade ao mundo ocidental.

Em sua intervenção, o ministro das Relações Exteriores da Noruega, Halvard Lange, lembrou as palavras de Macmillan, segundo as quais um "vento de mudança está soprando sobre a África." Disse, além disso, que as colônias portuguesas não poderiam sequer ser engendradas dentro do conceito de dependência contido na Carta das Nações Unidas. Tais declarações foram apoiadas pelo secretário de Estado, Rusk, e pelo chanceler britânico, lord Home, que declarou que "a política portuguesa na África não se ajusta mais às realidades do século XX".

A declaração que melhor caracteriza a posição dos chanceleres ocidentais em relação ao seu aliado ibérico, foi a do chanceler francês Couve de Murville, que disse: "Não devemos responsabilizar os comunistas por todas as dificuldades do Ocidente. Há problemas nossos que possuem sua existência própria, cabendo a nós resolvê-los e não permitir que, tornando-se problemas sem solução, possam vir a ser explorados pela política soviética".

Depois da intervenção dos vários delegados, Franco Nogueira fez uso da palavra, para afirmar que as possessões de Portugal na África não constituem colônias, mas sim "províncias de ultramar" do terri-

torio português. Provocou os protestos do chanceler canadense, Howard Green, ao afirmar que Ghana bandeara-se para o Bloco Comunista, apesar de ainda pertencer à "Commonwealth".

Lider Goês Fala à Imprensa Brasileira

O cancerologista P. T. Gaytonde, membro do Partido do Congresso de Goa, concedeu no dia 19 de maio uma entrevista coletiva, na ABI, durante a qual afirmou que "os que defendem o colonialismo português estão a desgraçar o futuro de Portugal".

Antes da entrevista, à que esteve presente a adido cultural da embaixada da Índia, distribuíram-se aos jornalistas diversos prospectos explicativos da atual situação de Goa, onde vivem 635.156 indianos e apenas 5178 europeus e 336 descobrimentos de europeus além de africanos e de pessoas procedentes de outros países asiáticos. Mostram os prospectos que, também do ponto de vista religioso, nada há que ligue Portugal a Goa, de vez que no país existem 388.488 hindus e 14.162 maometanos, para 234.275 cristãos, de acordo com estatísticas fornecidas pelo próprio governo português.

A ENTREVISTA

Iniciando a entrevista, o dr. Gaytonde disse que, por se ter encalçado na luta pela libertação de Goa, passou a sofrer perseguições, sendo inclusive preso e deportado para Lisboa, onde foi condenado a um processo-farsa. O movimento para conquistar a independência de Goa e anexá-la à União Indiana é o mesmo criado por Ghandi, na luta pela independência da Índia. Trata-se de "satiaggaha", nome criado por Ghandi, que quer dizer "Verdade" (Sati) e "Insistência com Amor" (aggaha).

Nos países ocidentais, o movimento é conhecido como "Resistência Passiva".

Em consequência do aparecimento da "Resistência Passiva", o governo português, que antes não mantinha soldados em Goa, passou a enviar numerosos tropas para as colônias, o que redundou na prisão de nada menos de 3 mil participantes do movimento libertador.

Contou o dr. Gaytonde que, no dia 17 de fevereiro de 1954, estava num jantar de despedida de um amigo que se transferia para Lisboa, quando lançou um protesto contra alguém que afirmava ser Goa "um pedaço de Portugal". O protesto bastou para que fosse preso e enviado a Lisboa, onde foi processado.

"O processo nada mais foi que um piadão — afirmou o entrevistado — pois embora a sala do Tribunal estivesse superlotada, todos os presentes eram meus conhecidos agentes da PIDE. Foi condenado a três meses de prisão, perdi meus direitos políticos por dez anos e, durante cinco anos, teria de me apresentar diariamente à PIDE. O pior é que, embora julgado em Lisboa, realizou-se novo julgamento pelo mesmo crime, onde fui condenado a dez anos de prisão, o que me impede de voltar ao lugar onde nasci, pelo menos por enquanto."

Mostrou o entrevistado que, para a independência da Índia, foi preciso apenas que o mundo reconhecesse que havia nas prisões, por participar do movimento pacífico de resistência, uma ponderável parcela da população. "É justamente o que acontece atualmente em Goa, que, de uma população de 600 mil pessoas, tem três mil nas prisões salazaristas."

A OPOSIÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS

MANUEL MYRE DÓRES

A I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, reunida em Casablanca de 18 a 20 de abril p.p., aprovou a seguinte resolução sobre a Oposição portuguesa:

"A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, reunida em Casablanca de 18 a 20 de abril de 1961,

RECONHECENDO que o povo português se acha sob a opressão dum governo fascista.

RECONHECENDO que uma tal situação não é de natureza a permitir a livre informação sobre os problemas das colónias portuguesas.

ASSEGURA ao povo português o seu apoio total na luta que ele conduz para se libertar do regime

lonlais. E assim poderá e deverá vir a ser nas colónias portuguesas se trabalharmos para isso desde já com a maior boa vontade e compreensão.

Os nacionalistas não querem fazer desaparecer o que existe. Se assim pensassem, seriam loucos. Eles terão de servir-se do que existe, para daí partir para os novos rumos que traçarem. E em todo esse processo haverá lugar para os que estiverem decididos a abdicar dos privilégios atuais, e a trabalhar decidida e honestamente nas transformações profundas que certamente virão.

Quem não atuar dentro deste espírito, quem não quiser compreender definitivamente que "novos ventos sopram na África" se-



Para dividir a população angolana, as rusgas nas vilas onde estão ocultos líderes da independência de Angola são feitas pela polícia "especial" indígena, composta, em sua maioria, de condenados por delitos comuns.

fascista e instaurar o regime democrático em Portugal.

ENCORAJA o movimento democrático português a reforçar a sua unidade com vistas à rápida vitória da causa da democracia.

DECLARA que a luta dos povos ainda sob dominação portuguesa não é dirigida contra o povo português mas tem por fim a liquidação total do sistema colonial.

DECLARA que as organizações participantes da I Conferência estão prontas para um diálogo construtivo e dispostas a uma cooperação eficaz com os representantes autênticos do movimento democrático português na base do reconhecimento solene do decreto dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência nacional.

Estas são as palavras dos nacionalistas. Palavras repletas de simplicidade e clareza. Só não as entende quem não quiser entender! Os nacionalistas definem uma vez mais as suas diretrizes fundamentais. Eles não são e nunca serão contra o povo português, mas lutarão intransigentemente contra o colonialismo português, ou contra qualquer "variante" deste.

Conscientes de que ao povo português é vedado o acesso às verdadeiras fontes de informação sobre os problemas coloniais, eles esperam que os setores dirigentes da Oposição compreendam corretamente a situação, e façam aquilo que podem fazer nesta altura: unir-se a respeito do problema colonial, esclarecer o povo português, recusar todo e qualquer apoio ao governo nas guerras coloniais, isolando-o assim da população, e desmascarando-o ainda mais perante a opinião pública internacional.

E acima de tudo, vamos ao encontro dessa gente. Se somos democratas sinceros, reconhecemos que a luta deles é a luta de todos nós.

Começemos a estudar com eles as bases da futura colaboração entre os diversos povos. Porque essa colaboração é desejável e é viável. Todas as novas nações africanas contam hoje entre os seus técnicos, funcionários, administradores, conselheiros, comerciantes, industriais, etc., muitos elementos saídos das guardas das antigas potências co-

rá irremediavelmente ultrapassado. Portugal pode e vai viver sem colónias. Mas o povo português pode vir a ter relações fraternais com os povos coloniais, que se traduzam em vantagens para ambas as partes, quer sob o ponto de vista económico, quer cultural.

Não fechemos a porta que nos foi aberta. Não nos deixemos embalar pelos mitos e profundos ideais dos patriotas do Estoril. Defender a Pátria é defendê-la dos tubarões que se servem dela para os seus maquiavélicos fins. É, em cada momento, usar da lucidez e da inteligência necessária, para agir no sentido do maior interesse do povo, evitando-lhe sacrifícios incompensáveis, como os que agora lhe estão a ser impostos por Salazar e os seus sanguinários lugar-tenentes.

Se a Oposição cumprir o seu dever neste momento histórico, não faltarão as oportunidades e as possibilidades de montar todo um novo tipo de relações com povos coloniais, na base do mais completo respeito e interesse mútuos.

Protesto contra a guerra colonial

Por iniciativa do capitão João Sarmento Pimentel, decano dos opositoristas portugueses residentes em São Paulo, foi enviado à Oposição Portuguesa, na pessoa do prof. Mario de Azevedo Gomes, o seguinte telegrama:

"Os abaixo-assinados, portugueses, residentes em São Paulo, reunidos no Centro Republicano Português, tendo tomado conhecimento da gravidade da situação criada pela guerra colonial desencadeada por Salazar em Angola, apelam a toda a Oposição e ao Povo Português a envidarem todos os esforços para que termine a guerra colonial e para que sejam resolvidas pacificamente, no interesse dos povos português e angolano, todas as questões emergentes do atual estatuto colonial. São Paulo, 20 de maio de 1961."

Entre os signatários figuram os srs. drs. Jorge de Sena, Vitor Ramos, eng. Ricca Gonçalves, Joaquim Duarte Batista, Manuel Moura, Santos Baleizão, Augusto Aragão, José Maria Silva Bodas, dr. Manuel Sertorio Marques da Silva, Alexandre Antunes Pereira, Felipe Viegas Aleixo, Augusto S. Abranches, Silverio da Costa Letra, eng. Carlos Cruz, dr. José Pedroso de Lima, Francisco Vidal, Fernando Mourão, dr. João Couto, Francisco Sarmento Pimentel eng. Manuel Myre Dóres, Dr. Jorge Fidelino de Figueiredo, Dr. Torga Machado, J. Alves das Neves, Antonio Fernandes, Jorge Fernandes, Carlos Assumpção Neves, Antonio Ribas, Fernando Lemos, Dr. João de Magalhães.

CONFERENCIA DE CASABLANCA

A LUTA CONTRA O COLONIALISMO SALAZARISTA

CASABLANCA, 19 de maio. — A primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, que teve lugar recentemente em Casablanca, foi talvez a mais importante de todas as realizadas até hoje, quer pelo numero e qualidade de delegados que estiveram presentes, quer pelas decisões tomadas.

Com efeito, a Conferência, que teve o patrocínio do rei Mulay Hassan e de outras altas autoridades marroquinas, foi presidida por Mario de Andrade, líder do "Movimento Popular de Libertação de Angola", participando dos trabalhos outros representantes do MPLA e da "União dos Trabalhadores Angolanos", de Angola; delegados do "National Congress", "Goan Liberation Council", Goan Peoples' Party e "Goa League"; da "União Democrática Nacional de Moçambique", do "Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe", do "Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde" e do "Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde".

Foram aprovadas moções condenando o colonialismo praticado pelo governo português nas colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Goa reclamando-se para todas elas a independência incondicional. Do mesmo modo, se adotou uma importante moção sobre a Oposição Democrática Portuguesa, no documento se reconhecendo, nomeadamente, que o povo português oprimido pelo governo fascista não é livremente informado acerca dos problemas das colónias portuguesas,

de modo que as organizações nacionalistas lhe asseguram "apoio total na luta que ele trava para se libertar do regime fascista e instaurar o regime democrático em Portugal", encorajam "o movimento democrático português a reforçar sua unidade com vista à vitória rápida da causa da democracia", salientando que "a luta dos povos ainda sob dominação portuguesa não é dirigida contra o povo português, mas tem por fim a liquidação total do sistema colonialista". Os delegados das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, porém, declaram-se prontos "a um diálogo construtivo e dispostos a uma cooperação eficaz com os representantes do movimento democrático português, com base no reconhecimento solene do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência nacional".

Anuncia-se, por outro lado, a constituição de um "Comité de Libertação de Timor", com sede nesta ilha da Oceânia.

Além da Resolução Sobre a Oposição Portuguesa, citada na íntegra no artigo de Manuel Myre Dóres, publicado nesta página, foram adotadas as seguintes resoluções:

Resolução sobre a ONU

A Conferência das Organizações das Colónias Portuguesas,

CONSTATANDO com a recusa sistemática do governo Português de executar as resoluções das Nações Unidas sobre as Colónias Portuguesas atinge o prestígio desta Organização e não tem nenhuma justificação plausível;

CONSIDERANDO que este escândalo permanente no seio da ONU é devido ao apoio dado por outros Estados ao colonialismo português, assim como a uma sistemática falta de espírito de continuidade na aplicação das resoluções da ONU sobre o colonialismo português;

PEDE urgentemente às Nações Unidas a tomada de medidas imediatas e concretas para obrigar Portugal a pôr em prática a declaração da concessão da independência aos povos coloniais, de 14 de dezembro de 1960.

EXPRIME a viva indignação dos povos das Colónias Portuguesas perante o comportamento dos Estados membros da ONU que ainda não deram provas efetivas do seu desejo de aplicação imediata desta declaração no que respeita ao caso das colónias portuguesas.

EXIGE que a Sub-Comissão considerada para inquirir sobre a situação de Angola segundo a proposta dos países Afro-Asiáticos, seja criada e investida de plenos poderes que lhe permitam recolher livremente as provas das ações bárbaras perpetradas pela Administração colonial portuguesa.

Resolução sobre Angola

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas após o estudo da evolução mais recente da situação em Angola,

— Considerando que o Governo português, pela supressão total das liberdades fundamentais, nunca permitiu ao povo angolano uma livre expressão das suas justas aspirações à independência.

— Considerando que o Governo português recusou considerar as propostas contidas na Declaração do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de 13 de junho de 1960, para uma solução pacífica do problema colonial em Angola.

— Considerando que certas personalidades do Governo Português fizeram em Portugal e em Angola, desde 1939, declarações públicas de guerra aos nacionalistas angolanos, e que o colonialismo português fez acompanhar tais declarações de reforço da máquina militar, de propaganda tendente a apolar a tensão e a hostilidade da população portuguesa de Angola com relação ao povo angolano, de recrutamento do terror dirigido contra o povo angolano, de perseguições, envenenamentos, julgamentos e deportações arbitrarias contra os patriotas angolanos e contra alguns estrangeiros simpatizantes com a causa da libertação de Angola, en-

fim de massacres de populações pacíficas e desarmadas.

SAUDA a insurreição geral lançada pelo valente povo de Angola depois dos acontecimentos de Luanda em fevereiro último.

APELA para todos os partidos e movimentos políticos assim como para todas as organizações populares de Angola a fim de que demonstrem rapidamente unidade de ação na luta contra o colonialismo português e para que, desde já, garantam a unidade do povo angolano numa política de frente unida e sólida.

RECOMENDA ao povo e a todos os patriotas angolanos a máxima vigilância perante os membros neo-colonialistas tendentes a afastar a luta do povo angolano do objetivo da verdadeira independência, a provocar divisões no seio do povo, e a desmembrar o país ou a instaurar governos fantoches.

APELA para todos os soldados das colónias portuguesas da África e da Ásia, alistados no exercito colonialista para que se juntem com as suas armas aos seus irmãos angolanos que lhes reservarão, sem restrições, um acolhimento fraternal.

Para todos os naturais das colónias portuguesas de África e de Ásia que habitem ou trabalhem em Angola, para que apoiem a justa luta do povo ou que pelo menos, observem uma posição de mentalidade favorável a esta luta.

APELA para todas as organizações e personalidades anticolonialistas para que suscitem um movimento de opinião mundial para exigir a libertação de todos os presos políticos de Angola, em especial dos chefes do Movimento Popular de Angola, dr. Agostinho Neto e Ilídio Machado.

INDIGNA-SE com os ultrajes de que são vítimas, por parte da polícia colonial portuguesa, o clero angolano, com a prisão recente de Monsenhor Das Neves, ex-vigário geral do arcebispado de Luanda e com a deportação sem julgamento para a Ilha do Príncipe do ex-chanceler Rev. Padre Pinto de Andrade.

APOIA plenamente a resolução sobre Angola aprovada pela 3.ª Conferência dos povos africanos, reunida no Cairo de 25 a 31 de março de 1961 e confirmada pela 4.ª Sessão do Conselho Afro-asiático reunida em Bandung de 10 a 14 de abril de 1961.

APELA COM URGENCIA aos povos das nações limítrofes para que apoiem ativamente a luta do povo angolano e para que paralisem a tempo nos seus próprios países todas as manobras destinadas a prejudicar a luta do povo angolano.

APOIA as diligências dos Estados membros da ONU, em particular as intervenções do grupo afro-asiático que exigem da Organização Internacional medidas imediatas e eficazes para que Portugal aplique em Angola a "Declaração sobre a concessão da independência aos países coloniais" e seja pôsto imediato termo ao genocídio ao qual o colonialismo português está procedendo em Angola.

PEDE com o maior interesse aos Estados afro-asiáticos para que permaneçam vigilantes no caso duma intervenção eventual da ONU em Angola, evitando tomarem posições que os levem a uma situação tal que seriam obrigados a sancionar manobras imperialistas e prejudicar a unidade do povo, a integridade do território, e a democracia por que luta o povo angolano, no quadro da independência autêntica.

RECOMENDA aos órgãos executivos da organização saída desta Conferência mobilizar a opinião mundial em favor da libertação de Angola e suscitarem todos os povos do mundo solidariedade ativa para com o povo angolano.

N. da R.:

No próximo número de

PORTUGAL
DEMOCRATICO

publicaremos, na íntegra, as restantes resoluções.

Derrocada Do Colonialismo Salazarista

Publicamos hoje mais dois programas de partidos políticos que se juntam á luta contra o colonialismo salazarista.

O primeiro desses documentos é o "Programa Mínimo do P.A.I."

O outro é o primeiro comunicado da U.P.M., um dos partidos nacionalistas mais fortes de Moçambique.

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINÉ E CABO VERDE (P.A.I.) PROGRAMA MINIMO

1. União orgânica de todas as forças nacionalistas e patrióticas da Guiné e de todas as forças nacionalistas e patrióticas de Cabo Verde, para liquidar a dominação colonial portuguesa, qualquer outra espécie de dominação colonialista e imperialista nesses dois países africanos.
2. União Orgânica das forças nacionalistas e patrióticas guineenses e caboverdeanas, no interior e no exterior, para a luta de liquidação do colonialismo português.
3. Aliança eficaz com as organizações nacionalistas e patrióticas de outras colónias portuguesas para a coordenação e a ajuda mútua na luta de liquidação do colonialismo português. Colaboração com os povos africanos, asiáticos e latino-americanos que lutam contra o colonialismo e o imperialismo.
4. Preparação eficaz, sobre a base da mobilização e organização das massas populares, para lutar contra o colonialismo português e o imperialismo.
5. Luta, incluindo em caso de necessidade a luta armada, para destruição urgente e total das forças colonialistas portuguesas na Guiné e em Cabo Verde, e pela conquista da independência nacional completa dos povos guineense e caboverdeano. Luta contra o imperialismo.
6. União orgânica de todas as organizações políticas, sindicais e de massas da Guiné e do Cabo Verde, para construir a paz, o bem-estar e o progresso dos povos guineense e caboverdeano. Nesta união, defesa permanente dos interesses dos camponeses e do trabalhadores das cidades, que formam a quase totalidade da população da Guiné e de Cabo Verde.
7. Quer durante a luta de libertação, quer depois da conquista da independência nacional, colaboração com todas as forças progressistas, anticolonialistas e antilperialistas do mundo, para a construção de uma vida de paz e de progresso para todos os povos.

Primeiro Comunicado Do Partido «União Progressiva De Moçambique» (Manica e Sofala)

A "União Progressiva de Moçambique" (Manica e Sofala) não devendo ficar indiferente ao conturbado momento político africano e internacional da hora presente, e pretendendo auxiliar o atual Governo português na solução parcial da crise política que atravessam as suas colónias de maior rendimento, Angola e Moçambique, vem tornar publicas dentro do território português e também no estrangeiro, quais os direitos que reivindica urgentemente para as populações africanas de Moçambique:

1. Igualdade do africano perante a lei.
2. Direito à vida e à integridade física.
3. Direito à liberdade individual sob reserva de intervenção do poder judicial organizado, sempre que necessário.
4. Liberdade de pensamento, consciencia e religião.
5. Liberdade de trabalho, de expressão, de ensino, de reunião, e de associação.
6. Direito ao segredo de correspondencia, de comunicações telefônicas e telegraficas.
7. Respeito pelos investimentos privados e pelos bens adquiridos ou herdados.
8. Inviolabilidade domiciliária.
9. Eliminação de todo o traço de discriminação racial dos textos legais e principalmente na prática.

A "União Progressiva de Moçambique" como porta voz de todos os restantes movimentos africanos desta colónia, declara a exemplo do "Movimento Popular de Libertação de Angola", com o qual entrou em contacto, que consideraria como primeiro sinal de rejeição da VIA ARMADA por parte do Governo Português, a realização urgente e efetiva por aquele governo, das seguintes medidas fundamentais:

1. Reconhecimento imediato e solene do direito do povo de Moçambique à Auto-Determinação.
2. Anistia total e incondicional e liberdade de todos presos políticos.
3. Estabelecimento das liberdades publicas, nomeadamente e a de formação legal dos diferentes movimentos políticos existentes e garantias concretas para o exercício efetivo das liberdades exigidas.
4. Retirada imediata das Forças Armadas Portuguesas de Terra e Ar e liquidação das bases militares existentes em todo o território de Moçambique.
5. Anulação de quaisquer acordos ou compromissos militares tomados com a Africa do

Sul ou qualquer outro país como a Espanha ou França.
6. Convocação até ao fim do corrente ano de 1961 de uma Mesa Redonda constituída por representantes de todos os partidos políticos africanos de Moçambique e por representantes do governo e de todos os setores da opposição portuguesa ao regime, quer vivendo no país quer no exílio, para a solução pacifica do problema colonial de Moçambique, no interesse das partes em presença.

A "União Progressiva de Moçambique" (UPM) embora conte atualmente entre os seus filiados e organizadores, somente com elementos africanos, luta pela liberdade, pela dignidade e pelo progresso de todo o povo de Moçambique, que é formado por homens de diferentes origens raciais; que conta com o apoio moral de toda a população, sem qualquer discriminação racial, religiosa ou politica e espera que

"se verifique uma mudança radical de atitude por parte dos extremistas europeus que se sentem apoiados pelo proprio governo e pelas autoridades administrativas e militares, visto que das mãos dessas mesmas autoridades vêm recebendo por toda a colónia, tanto no Sul do Save como no Niassa e Cabo Delgado, metralhadoras e outras armas para se defenderem de qualquer possível ataque por parte dos africanos"

"o governo da colónia mande proceder imediatamente à recolha dessas armas, prova flagrante do clima de desconfiança e tensão criado pelas autoridades, a fim de evitar o inicio de uma onda de hostilidades, contrária aos desígnios que os partidos africanos têm em vista.

Guerrilhas Em Goa

NOVA DELHI — O diário "The Times of India" diz hoje que guerrilheiros de Goa iniciaram um movimento, "a morte", para libertar esse território de Portugal antes do fim do ano. O diário publica uma declaração de V. N. Lawande, presidente da Sociedade Goa Livre, segundo a qual os guerrilheiros atacaram com exito os pontos militares de Keri e Betim.

A Oposição Não pagará Dividas de Salazar

LISBOA — Comentando os insistentes rumores de que o governo iniciou diligência para obter no Exterior um volumoso empréstimo destinado a fazer face à critica situação financeira que enfrenta, uma das personalidades que assinou o recente manifesto anticolonialista afirmou hoje, traduzindo o ponto de vista da opposição, que esta de nenhum modo se considerará responsável pelas dividas contraídas pelo governo de Salazar no momento em que o regime agoniza.
Acrescentou que os oposicionistas não acreditam que qualquer nação do Ocidente se preste a fornecer a Salazar recursos que serviriam apenas para intensificar a guerra de exterminio que se desenvolve em Angola.

A Guerra Colonial

MANUEL SERTÓRIO

Repetidos genocídios, trabalho compulsório, discriminação racial e privação de todos os direitos civis e políticos por parte de quase totalidade dos negros — por um lado — e a mentira histórica, geográfica e política da "integração" económica e administrativa das colónias no território português — por outro lado — conduziram fatalmente Salazar áquilo que hoje é uma triste realidade para o povo angolano e também para o português; uma guerra colonial que, pela sua ferocidade, não tem sequer comparação fácil com qualquer outra.

Um exercito fascista de 15 a 20 mil homens encontra-se em Angola. Constanemente se realizam novos embarques de tropas, ultimamente quase todas as noites. Os colonos são armados. O governo estuda a criação de um Corpo Auxiliar Feminino e talvez venha a ser também organizado um exercito estrangeiro, incorporado por colonialistas franceses, ingleses e belgas cujo odio racial não pode expandir-se, como desejavam, nas antigas colónias dos seus países, pelo bom mesmo dos respectivos governantes, e encontraria agora, na guerra de Angola, a oportunidade de incontrolada eclosão. — Franco ofereceu ao seu cúmplice ibérico um exercito de 50.000 homens e ambos irão encontrar-se junto da fronteira, antes que termine o mês em que escrevemos, a fim de CONTABILIZAREM devidamente esta operação no Pacto Ibérico.

Guerra mais injusta do que qualquer outra, como tipicamente colonial que é, poderá ganhá-la o exercito de Salazar?

Parece que nem os generais fascistas pensam já ser isso possível e que esse mesmo é o estado de espirito do proprio Salazar, que em recente entrevista a "O Cruzeiro" permitiu ao jornalista escrever: "Sinto-o, porém, pessimista quanto à salvação de Angola".

4.300.000 negros são um reservatório imenso de vontade de lutar que os dirigentes angolanos independentistas irão tendo tanto maior facilidade de mobilizar quanto mais feroz for sendo a chacina praticada pelo exercito de ocupação, pequeno e sem experiencia desta espécie de guerra, para a qual Angola é um campo excepcionalmente propicio.

Novos levantes em outras colónias tornarão definitivamente impossível ás tropas salazaristas alcançarem o propósito com que se encontram em Angola. Neste momento, por exemplo, alguns corpos de exercito estão concentrados na fronteira moçambicana a Nias-salândia.

Além disso, não é segredo para ninguém que em grande número de padres católicos apoia em Angola a independência da colónia, que conta também com a adesão de muitos angolanos brancos.

E, internacionalmente, começou sendo agitada, na Câmara dos Comuns britânica, a idéia de expulsar Portugal da NATO, como a Commonwealth fez com a África do Sul.

A continuação da guerra colonial apenas levará, assim, ao aumento cada vez maior do odio e do terror já existentes, que comprometerão decisivamente a futura co-existência das duas raças.

O fim da guerra deve ser, pois, um dos objetivos fundamentais de todos os democratas portugueses.

A Oposição Fala à Imprensa

A demissão do governo de Oliveira Salazar e a volta da democracia a Portugal e Angola foram reclamadas, pelos lideres da opposição portuguesa numa entrevista á imprensa. Dez dos principais dirigentes da opposição do centro e da esquerda democratica, entre eles os ex-ministros da Republica, Azevedo Gomes e Luis Camara Reys, responsabilizaram, ante os jornalistas, o governo Salazar pelos acontecimentos atuais em Angola, que segundo eles, poderiam ser previstos e evitados.

A opposição democratica ao regime de Salazar reafirmou seu pedido de renuncia do atual governo, através do sr. Azevedo. Este expôs, depois, um programa elaborado pela opposição para a "democratização da Republica". Azevedo Gomes lembrou a gestão feita por ele e outros dirigentes, há três meses, junto ao presidente da Republica, pedindo a substituição de Salazar.

Com respeito á situação em Angola, o prof. Azevedo Gomes afirmou que "os setores democraticos sentem, como todos os portugueses, uma profunda dor pela situação dramatica na qual se acham nossos irmãos brancos, mestiços e negros de Angola, e desejamos que essa situação termine. Mas, pensamos que somente a aplicação de normas democraticas de ação pode sustar a torrente de violencia e preservar as vidas e os bens de Portugal".

Programa: Dez Pontos Fundamentais

São os seguintes os pontos principais apresentados pelos chefes da opposição portuguesa em sua entrevista á imprensa:

- 1 — restabelecimento imediato de todas as liberdades publicas, religiosas e trabalhistas; 2 — promulgação de uma lei eleitoral moderna; 3 — constituição de partidos políticos segundo um "estatuto" que tenha força de lei; 4 — libertação de todos os prisioneiros políticos e o livre regresso, á sua patria, de todos os deportados e exilados; 5 — readmissão em seus escalões de origem de todos os funcionarios e empregados que foram objeto de dispensas de carater politico; 6 — restabelecimento de direitos sindicais; 7 — supressão de todas as organizações de tipo fascista, tais como a "União Nacional", a "União Portuguesa", a "Juventude Portuguesa" etc.; 8 — supressão da policia politica, policia internacional e de defesa do Estado, dos tribunais politicos especiais e das penas por delitos politicos; 9 — abertura de um inquerito sobre os responsaveis que prosseguiram a politica fascista; 10 — abertura de um inquerito sobre a acumulação de certas riquezas obtidas por trafico de influencia e outros meios fraudulentos, e medidas judiciais contra os culpados, assim como a cessação de qualquer influencia que tenda a estabelecer uma ideologia autoritaria, em todos os setores da vida nacional. Em politica externa, o programa preconiza uma adesão estrita de Portugal aos principios da carta das Nações Unidas.

COMENTARIOS

DO MÊS

O Principio Do Fim

I

A guerra colonial é o corolário mais trágico, mas igualmente o mais COERENTE da política de força de Salazar. Simultaneamente, é a prova mais debilitante por que o salazarismo jamais passou, num plano sincronicamente econômico e político para não falar aqui do aspecto militar, já que, desta vez, não se trata de "satiaggaha" ghandista.

Economicamente, as dificuldades criadas pela mobilização do exército e o seu envio para campanha mostraram-se já incomportáveis para a economia corporativo-salazarista, cuja estrutura monopolista é o mais vulnerável possível dada a limitação do mercado interno em que se traduz a reduzida capacidade de consumo nacional, provocada pelos sub-salários agrícolas e industriais e pela pauperização da classe média.

Negociou já o governo um vultoso empréstimo com a República da Alemanha Ocidental e está, ao que se sabe, negociando outros dois, com os governos suíço e belga.

Não se tratando sequer de questão virgem na nossa história (lembramos dos empréstimos contraídos por D. Miguel para fazer face às despesas da guerra civil contra os liberais), a Oposição não poderá responsabilizar-se pelo pagamento desta dívida exterior, aplicada diretamente, como está sendo, numa guerra estruturalmente antipatriótica e impopular.

Politicamente, a última remodelação ministerial, motivada também pela guerra, nada mais representou, sob a substituição de titulares por outros titulares, do que o alinhamento de militares que em outros países seriam os "ultra" colonialistas e só o não são em Portugal porque o mais "ultra" é o próprio Salazar.

Restringindo, portanto, o campo da unidade governamental, pretendeu Salazar alargar o da sua falsa representatividade nacional, para o que, considerando insuficientes a PIDE e a censura, dirigiu repetidos apelos à Oposição.

Esta hipócrita e impossível "unidade" nacional sob o regime fascista foi, é claro, patrioticamente denunciada por todos os dirigentes democráticos.

De nosso conhecimento, apenas um velho fantasma, traidor do socialismo, com o qual nada teve a ver nos últimos 30 anos, se lembrou de aparecer em público, confundindo o ultimatum inglês de 1890 com o levante angolano e confessando, no microfone da chamada Emissora Nacional, em que nunca foi possível fazer ouvir uma voz oposicionista: "Estou a ouvir e não gosto de me ouvir. Proclamar os meus sentimentos? Para quê, se já não tenho voz! DISSERAM-ME PARA VIR AQUI E VIM".

Tudo explicado, afinal.

Uma Política Necrófila

II

Um decreto-lei publicado em 5 de maio p.p. pelo ministério do ultramar atribuiu a uma comissão administrativa a gerência do grémio do milho do ultramar, determinando o e a sede do mesmo seja "desde já transferida para jazigo de família no cemitério pelo governador geral".

Este diploma, um dos primeiros do novo titular da antiga pasta das colônias, mostra, assim, uma aguda visão da realidade econômica dos territórios africanos submetidos à suzerania de Salazar. Quanto à realidade política traduzida pela guerra colonial em curso, bem poderia o ministro, nas disposições de última vontade a que, pelo visto, atiladamente se vem dedicando, ter-se também referido, com a única diferença de que, tratando-se desta vez dos muitos milhares de colonos e de soldados do exército de ocupação, apenas poderá ser reservada para estes a vala comum dos territórios mártires pertencentes aos povos africanos e não já o JAZIGO DE FAMÍLIA em que Salazar transformou o nosso país.

Radiografia de um Burlão

III

Salazar, que tão raramente fala à imprensa portuguesa, fez-se ouvir pela revista do seu amigo Assis Chateaubriand, "O Cruzeiro".

Com uma mediocridade política bem patente, aliada à falta de dignidade mental a que habituou os portugueses, o ditador apresentou ao jornalista sob as mais incríveis mentiras a guerra de esterminio racial por ele desencadeada.

O descaramento chegou ao ponto de afirmar que "brancos e pretos têm em Angola os mesmos direitos e estes últimos até mais vantagens" e que "o padrão de vida lá (em Angola), de um modo geral, é mais alto do que aqui".

No entanto, o salário médio mensal do negro continua sendo de 150 escudos (Cr 1.350,00 ou sejam Cr\$ 45,00 por dia); e numa população indígena de 4.300.000 seres humanos apenas 35.000 são considerados "assimilados" aos europeus.

Por outro lado, dez dias depois da publicação da entrevista o novo ministro para as colônias, Adriano Moreira, declarou, numa conferência de imprensa, que ia propor ao governo a integração de todos os habitantes de Angola na cidadania portuguesa, com o que se poria fim — só então, portanto, se não fosse já tarde, como é! — ao atual estatuto racista.

Mentindo quanto à ausência de racismo português (até quando é o seu próprio ministro a contestá-lo), Salazar mente igualmente quanto ao pretenso racismo dos dirigentes angolanos, ao afirmar que estes "põem de lado o elemento branco, mesmo o nascido e criado em Angola", pois os líderes do MPLA vêm sucessivamente declarando — como ainda recentemente, na Conferência de Casablanca — lutar por uma autêntica multi-racialidade, destruindo para isso, precisamente, o racismo salazarista dos CINCO ESTRATOS SOCIAIS: "metropolitanos, portugueses de 2.ª (angolanos brancos), mestiços, "assimilados" e indígenas.

Com a pendorência do costume, antes guardada apenas para os seus comentários sobre a política soviética, Salazar, desta vez, não perdeu a oportunidade de criticar os americanos; fez apreciações sobre Jânio Quadros, que ele — o grande misantropo! — se permite achar "hermético" (!); e vangloriou-se — ele, que só viaja em carro blindado! — de ter ido esperar no cais o "Santa Maria" (entre 300 agentes da PIDE)!

Por fim, como não podia deixar de ser, terminou Salazar com uma daquelas VERDADES UNIVERSAIS de que os seus pretenciosos e demagógicos discursos estão sempre cheios: agora, foi a de que "em tempo de guerra, é difícil trabalhar em paz"...

Programa Construtivo

IV

Algumas dezenas de conhecidos anti-fascistas de Portugal elaboraram recentemente um programa para a democratização do país que, não obstante a ação da censura e a prisão imediata de alguns dos seus autores, foi, nas suas linhas gerais, suficientemente divulgada, em Portugal e no estrangeiro, para não ser lícito a nenhum anti-salazarista deixar de tomar posição quanto a ele.

Este documento deve ser apreciado em dois aspectos: no do seu texto e no da congregação de oposicionistas de diversas correntes políticas feita em torno dele.

Encarado como proposta de reforma da sociedade portuguesa, o programa — o mais sistematizado e completo até hoje apresentado — vale como demonstração do caráter construtivo e patriótico que desde sempre enformou todos os movimentos de oposição ao salazarismo e do aparelhamento político dos democratas portugueses para as tarefas práticas de autêntica reconstrução nacional a que proximamente serão chamados.

No que respeita às correntes de pensamento político que tomaram a seu cargo a elaboração e apresentação do documento, este representa uma peça fundamental na articulação das forças que se opõem ao salazarismo, pois desde há muito, também, não se apresentava em público uma coligação política tão vasta.

Parece, todavia, que o pacto que mais urge estabelecer e configurar organicamente é o destinado ao derrubamento do salazarismo, já que a democratização do país, disso depende em primeiro lugar, além de o sentido dessa democratização, e portanto a exequibilidade de qualquer programa nesse sentido, depender também necessariamente, da forma pela qual se vier a operar a queda do regime — e não apenas de Salazar — e das forças políticas que nela participarem.

Por outro lado, a ausência de algumas correntes políticas, que da direita quer da esquerda entre os representantes do programa implícita, não obstante a subscrição deste estar aberta a todos os anti-salazaristas, seja qual for o seu pensamento, um esforço de IDENTIFICAÇÃO dos signatários ulteriores com os primeiros, sem dúvida mais difícil politicamente do que teria sido um processo de prévia UNIFICAÇÃO anti-fascista.

A generalidade de contexto do programa merece, no entanto, a adesão de todos os democratas, sendo de esperar, como é desejável, que o mesmo sirva, no que concerne às trevas mestras da futura democratização de Portugal, a um final acerto de pontos de vista por parte de todas as correntes de opinião mais legitimamente democráticas.

Leia e Assine:

SEARA NOVA

A mais antiga publicação cultural portuguesa, é um dos poucos instrumentos de luta por uma cultura desmistificada, que traduz no próprio território pátrio, e embora submetida aos vexames da Censura, os ideais de Democracia e Liberdade.

Pedidos de Assinaturas, ao Centro Republicano Português, Rua Conselheiro Furtado, 191, São Paulo.

V É R T I C E

Revista de Cultura e Arte, e de divulgação e crítica das novidades literárias portuguesas, exposições de artes plásticas e movimento teatral.

Pedidos de Assinaturas à Caixa Postal 4630, São Paulo.

PORTUGUESE AND COLONIAL BULLETIN

Mensário, em língua inglesa, sobre o problema africano-português.

Pedidos de Assinaturas a 374, Gray's Inn Road, Londres, W. C. 1, Inglaterra.



O chanceler brasileiro Afonso Arinos despede-se de Salazar após a entrevista que tiveram em maio, em Lisboa. Pela expressão do rosto do ditador, dir-se-ia que fora uma visita de pesames...

Brigam As Comadres

M. REIS

Não existe qualquer dúvida na falta de sinceridade do grupinho de comendadores e aspirantes, nas últimas manifestações salazaristas, por ocasião do caso Galvão-Salazar, cujo único objetivo dos referidos senhores foi projetarem-se e conquistar maiores simpatias do atual governo luso, o que foi habilmente explorado pelo seu João Pereira, cônsul luso, que ainda teve um prêmio de consolação, na prendadilha oferecida pelos comendadores e aspirantes, na esperança de um jeito do seu João Pereira, junto dos seus patrões do Terreiro do Paço, para que as comendas venham rapidamente. Só que esse grupinho atuou isolado da comunidade, embora se apresentasse em nome da mesma. Ainda tentaram arrastar as associações luso-brasileiras, o que não conseguiram, porque a sua maioria ficou totalmente alheia ao movimento salazarista.

A ausência de patriotismo e a hipocrisia do grupinho, ficou bem patente, porque tendo tentado envolver sem êxito, uma nova coletividade luso-brasileira, cujos objetivos são realmente a intensificação dos laços de amizade entre Portugal e Brasil, sem interferências políticas, a grupinho despeitado e constituído pela trempasinha: Alberto Afonso Salgado, Francisco Barreira e Gabriel Pinho da Cruz, — o primeiro destes senhores, usando e abusando da influência que tem como diretor de uma firma de tecidos, para submeter aos seus caprichos, vendedores e fabricantes desse ramo. — Os mesmos elementos que atuaram destacadamente no caso Galvão-Salazar, fizeram reviver o "Grupo dos Bichados" de que tinha saído o "Elos Clube". Alberto Salgado e Francisco Barreira, nunca perdoadam aos organizadores do "Elos" o não lhes terem dado lugares de destaque nos corpos diretivos, porque como simples associados, não poderiam manejar o grupo no seu desejo, assim como também não poderiam satisfazer a sua vaidade incoerente. Em princípio pensaram em pôr ao grupinho o nome de "Verde Gaio" mas talvez com receio do Francis, resolveram voltar ao nome antigo, que Humberto Alves Morgado, por troça o havia batizado, atendendo aos elementos que faziam parte do mesmo. Foi assim posta em prática a traição, e isto define bem a mentalidade dos salazaristas de São Paulo. O grupinho reúne às quartas-

feiras para almoçar; o mais interessante é que já existe um outro grupo salazarista chefiado pelo aspirante a comendador Frederico Sampaio, que se reúne às terças-feiras, também para almoçar, cujos membros não toleram o Alberto Afonso Salgado, como se verifica, os salazaristas de São Paulo, além de não se entenderem, cuidam, mais da barriga, e em todos os casos, do que, das suas idéias embodadas. — Porém, é de salientar novamente, a sua falta de coragem para organizar uma coletividade oficial salazarista, quer uns ou outros, ou todos juntos, e isso não acontece exatamente porque sabem, e até aí ainda a sua acanhada inteligência chega, que a mesma seria um fracasso em São Paulo.

Segundo foi publicado, os objetivos do "Verde Gaio" são nem mais nem menos do que: "contribuir para um maior estreitamento das relações entre os dois povos irmãos a fim de que uns e outros possam cada vez mais, conhecerem-se e compreenderem-se mutuamente, servindo de perfeito entrosamento à luso-brasilidade no seu mais alto significado". — É bonito não é? — Só que os componentes do referido grupo, não devem ter um mínimo de noção do que tudo isso significa, porque se assim não fosse não se atreveriam a tanto ridículo. Grupo insignificante, constituído por mediocridades, onde só o dinheiro conta, com realce, apenas dado, pelos comensais permanentes das suas refeições, que são os "papa almoços e jantares" da imprensa salazarista, como eles próprios comendadoras chamam, aos jornalistas portugueses que comparecem a essas reuniões. Os seus fins e objetivos são, hoje e sempre, servir humildemente a ditadura portuguesa, e para esse efeito se organizam fora da citada coletividade luso-brasileira.

O mais grave da coisa, é que Alberto Afonso Salgado, é o presidente do "Conselho da Comunidade Portuguesa de São Paulo" e da "Câmara Portuguesa de Comércio" e para os brasileiros desprevenidos, isso pode parecer alguma coisa de transcendente e importante, porque pela lógica, esses dois organismos luso-brasileiros deveriam ser políticos, tratando exclusivamente de assuntos portugueses, sem interferência política de qualquer espécie, assim como da Comunidade Lusa da Capital Bandeirante, assim aos brasileiros deve parecer confuso que exatamente os componentes desses dois organismos lusos, estejam organizando "mais um grupinho" para "estretar as relações dos dois países". — Aqui estamos todos nós portugueses, caindo no ridículo, por causa da incapacidade de pensar do tal grupinho salazarista, porque, na verdade, se o referido grupo objetivasse apenas reunir um grupo de amigos, não lhe teria dado tanta publicidade, assim a coisa deseja ir muito mais longe, atendendo à trempesinha que sob o comando do cônsul de Portugal organizou as manifestações salazaristas.

(Continua no próximo número)

A Opinião Pública Brasileira e o Problema de Angola

Mais uma vez a juventude brasileira se coloca na vanguarda de um movimento em favor dos perseguidos pelos regimes fascistas, no caso o regime de Salazar. Universitários paulistas fundaram o MABLA (Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola), que se destina a conseguir que o governo brasileiro apoie decididamente, no plano internacional os esforços do povo angolano pela sua independência. E em apoio aos estudantes cujo apelo publicamos abaixo, manifestam-se em igual sentido, líderes sindicais, deputados e intelectuais do Brasil.

Apelo dos Estudantes

Excelentíssimo Senhor
Dr. Jânio da Silva Quadros
DD. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil
BRASILIA — Distrito Federal.

Exmo. Sr. Presidente:
Todo o país vem acompanhando com crescente emoção o desenrolar do drama que se processa em Angola. Os argumentos artificiosos da propaganda salazarista não podem mais iludir ninguém: o povo de Angola levantou-se contra o domínio colonial e trava neste momento uma luta heroica contra o aparelho militar da ditadura portuguesa. Os homens que o governo de Lisboa insiste em apontar como "bandos de terroristas e assa-

lhe cabe e corresponder cabalmente aos comovidos apelos das massas africanas oprimidas pelo colonialismo salazarista. Tais responsabilidades advêm-lhe não só dos laços étnicos e linguísticos, como até do fato de não estar o povo de Portugal em condições de manifestar livremente o seu ponto de vista sobre o problema ultramarino.

Acresce, e V. Exa. não o ignora, que a independência das nações africanas de língua portuguesa abrirá ao Brasil, se ele souber, entretanto, conquistar a amizade e a gratidão desses povos, a possibilidade de se projetar em África e ali desempenhar um imenso papel, com as mais benéficas repercussões para o seu prestígio no mundo. Somos de fato o único país que amanhã poderá fornecer a Angola e a



O angolano Paulo Matoso falando no auditorio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Cidade Universitária de S. Paulo, numa conferência promovida pelo MABLA. Em primeiro lugar, à esquerda, Silvio Brand, um dos dirigentes desse movimento.

sinos" fazem, na sua imensa maioria, parte do Exército Popular de Libertação de Angola, lutam em muitas regiões uniformizados e estão empenhados em pôr um parêntese à guerra de extermínio, diâmetros mesmo à campanha de genocídio desencadeada pelas forças de repressão a serviço do governo fascista de Lisboa.

No momento em que o ditador Salazar, abandonado à sua sorte pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, mas não convencido, se prepara para intensificar essa guerra repugnante e envia milhares de soldados para Angola, transformando o Exército Colonial Português na maior força militar da África ao Sul do Sahara, não pode o Brasil, sem negar todo o seu passado, continuar assistindo indiferente, ao extermínio do povo irmão de Angola.

Mal informada até há pouco tempo sobre os horrores do colonialismo português, a Nação Brasileira só agora principia a dar-se conta da importância da parada que se joga nos campos de batalha angolanos. Os líderes da União das Populações de Angola — U.P.A. — e do Movimento Popular de Libertação de Angola — M.P.L.A. — têm sido claros nos seus pronunciamentos: nenhuma solução portuguesa será possível, nenhum compromisso com os colonialistas e neo-colonialistas portugueses. Só a conquista da Independência levará os patriotas angolanos a depor as armas. De resto, a própria circunstância de já ter sido libertada uma região do norte de Angola com mais de 100.000 km² de superfície está-nos a dizer que a campanha dos nacionalistas angolanos entrou numa fase decisiva e que amanhã poderá ser tarde para demonstrar a nossa identificação com a justa causa por que se batem.

A situação é extremamente grave e não pode o Brasil furtar-se a assumir a responsabilidade que

Moçambique os professores, os médicos, os agrônomos, os técnicos de toda espécie que falem o idioma comum a esses jovens países — isto é o português.

Dai, a necessidade inadiável de uma clara e firme tomada de posição do governo presidido por V. Exa. Os signatários deste apelo, estudantes universitários de diferentes formações políticas, creem exprimir a opinião geral da juventude brasileira ao manifestar sua decepção em face da ausência de uma política africana realista. V. Exa. tem nomeado alguns embaixadores para o Continente Negro e na Serra Leoa vai estabelecer-se a sede de uma missão itinerante. Todos esses esforços se perderão se o Brasil continuar agindo como até aqui, de maneira hesitante e sinuosa, em face dos problemas suscitados pela guerra de Angola — que é já hoje uma guerra da Argélia em ponto pequeno. O juízo que a África fará de nós no futuro será elaborado com base na atitude que assumirmos perante o heroico combate do povo angolano e de nenhum modo pelo êxito ou malogro das missões enviadas por V. Exa. para a África Ocidental. Infelizmente, por ora esse juízo é negativo — afirmamo-lo com tristeza — porque a nossa política angolana é negativa.

Assim, é com o pensamento nos superiores interesses da nacionalidade e para corresponder a um dever de fraternidade para com os povos que em África falam a nossa língua que os abaixo-assinados vêm respeitosamente solicitar de V. Exa. se digne dar uma orientação diferente e positiva à política africana do Brasil, apoiando abertamente a luta libertadora que se trava em Angola. É ao Brasil e não a outras nações que cabe liderar a campanha mundial em favor da independência angolana.

São Paulo, maio de 1.961.

Ato publico pela Independencia de Angola

Excelentíssimo Senhor
Dr. Jânio da Silva Quadros
DD. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil
BRASILIA — Distrito Federal
Senhor Presidente:

Centenas de pessoas, incluindo dirigentes de entidades culturais, políticas e reivindicatórias, particularmente representantes de organizações operárias e estudantes, reunidas hoje, dia 24 de abril, em ato público de solidariedade aos povos coloniais, após debater a situação reinante nas possessões portuguesas, em especial Angola, deliberaram dirigir-se a Vossa Excelência solicitando-lhe:

1.º) — Que o Brasil, nos organismos internacionais de que participa, condene claramente e sem subterfúgios a política colonialista levada a efeito pelo governo de Portugal, política essa que, em essência, é a mesma que durante três séculos foi imposta à nossa pátria;

2.º) — Que Vossa Excelência, pessoalmente, interceda junto ao governo português, em Lisboa, solicitando a libertação imediata de todos os patriotas que se encontram encarcerados por lutarem pela independência de suas terras natais.

São Paulo, 24 de abril de 1961.
aa) Américo Orlando da Costa — Pres. da Mesa que dirigiu os trabalhos.

Bensaúde Branquinho Maracajá — Presidente da União Estadual dos Estudantes. — Dr. Freitas Nobre, Vice-Prefeito de São Paulo — Gianfrancesco Guarnieri, ator teatral; Juca de Oliveira, ator teatral — Gentil Neves Corrêa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação — Lindolfo Silva, Presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil — Salvador Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Marceneiros de São Paulo — Febus Gikovate, Presidente do Diretorio Regional do Partido Socialista Brasileiro — Mario Emilio da Cunha, Secretário do Sindicato dos Têxteis de São Paulo — Romildo Chiaparin, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes, Frios e Derivados de São Paulo — Miguel Sabino Soares e Alinoan de Freitas, 1.º e 2.º Secretários do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Açúcar de São Paulo — José Luiz da Silveira, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Anexos de São Paulo — Cid Franco, Deputado Estadual — Terezinha Maria Orlando da Costa, costureira — Miguel Pereira Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de São Paulo — Armando Piani, Secretário do Sindicato dos Bancários de São Paulo — Frota Moreira, Secretário Geral do Partido Trabalhista Brasileiro — Rio Branco Paranhos, Vereador à Câmara Municipal de São Paulo — David Hunovitch, Vereador à Câmara Municipal de Birigui — José das Dores Brochado, Secretário do Teatro Experimental do Negro de São Paulo — Antonio José de Mattos, comerciante — Raimundo Porfírio de Lima, líder sindical e Vicente Guerreiro, do Diretorio Distrital, Ipiranga, do Partido Social Progressista.

Apelo dos intelectuais

Assinado por intelectuais, artistas e professores universitários foi enviado ao sr. presidente da República um apelo em que se pede ao sr. Jânio Quadros que leve o Bra-

sil a assumir a liderança do movimento que se esboça no mundo em favor da independência da colônia portuguesa de Angola.

"É isto — diz-se no final do documento — que os signatários respeitosamente lhe solicitam. Que v. exa., sr. presidente, no interesse da sobrevivência, em terras africanas, de uma língua e de uma cultura comuns, tome a iniciativa desta liderança, que, abertamente, se pronuncie pela libertação desses territórios, que condene o monstruoso genocídio que vem sendo cometido pelas autoridades de Lisboa, que não desiluda os milhões de seres que nos olham como parte de seu futuro, um futuro que pode ser brilhante, e que, indubitavelmente, fará parte do proprio futuro do Brasil. É a nossa pátria que cabe esta missão histórica, que está destinada a desempenhar este papel, por uma imediata e inildivel tomada de posição, que poderá iniciar-se pela denuncia do inconcebível Tratado de Amizade e Consulta, que tanto desserve os interesses do Brasil. É esta atitude que lhe pedimos assumam para que o Brasil tome na História o lugar que a propria História lhe marcou".

Assinam o apelo, entre outros, os srs. Mario Neme, Lourival Gomes Machado, Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, Sabato Magaldi, Bráulio Pedroso, Livio Xavier, Mario Schenberg, Oliveiros S. Ferreira, Benedito Cartucci, Ruy Coelho, Paulo Emilio Sales Gomes, Reinaldo de Castro, Antonio Candido de Mello e Sousa, Cesar Tacito Lopes Costa, Azis Simão, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Milton da Silva Melreles, N. Feres, Onofre Penteado, Amelia de Castro, Bento de Almeida Ferraz Junior, Póth Correia Cardoso, Flavio M. Accio, Juca de Oliveira, Gianfrancesco Guarnieri, Luis Vergueiro, Ronaldo Daniel, Gelda Filippi Silva, Augusto Boal Carlos Maria de Araujo e Claudio Abramo.

Consul de Portugal barrou deputados: Entregue o protesto anticolonialista

O consul português em São Paulo, sr. João Pereira Bastos, recusou-se a receber em seu gabinete a comissão de deputados, líderes estudantis, dirigentes sindicais e jornalistas que se dispunha a entregar. O manifesto de protesto contra a política colonialista de Portugal em Angola. Um funcionário de nome Augusto Goulart, ao receber a delegação insurgiu-se contra os fotografos e informou que "o consul recusa-se a recebê-los por não ter sido marcada previamente a audiência". Aos deputados Cid Franco (PSB), Luciano Lepera (PTB) e Antonio Mastrocola (UDN), que chefiaram o grupo, declarou ele que "o documento tramitaria pelos canais competentes da Casa". Os exilados políticos angolanos que acompanharam a comissão foram barrados na porta do consulado, onde não conseguiram entrar.

No protesto, dizem os signatários, em conclusão, que:

Como irmãos que somos dos portugueses, assusta-nos a idéia de que Portugal, ao invés de conquistar amigos sinceros nas futuras nações africanas que — por um imperativo histórico independente das decisões do governo português — se virão a constituir nos territórios ora sob a tutela colonial, está criando e fomentando um ambiente generalizado de odios que será fatal às futuras relações entre as nações de idioma português. Apelamos para que o governo de Lisboa reconsidere a sua atitude e cesse imediatamente a guerra colonial que empreendeu, concedendo aos angolanos o mais nobre, o mais elevado dos direitos, de que nós brasileiros já usufruímos há muito — o direito de serem livres!"

Assinam o manifesto, entre outros, os deputados Arruda Castanho, Jethero de Faria Cardoso, Cid Franco, Luciano Lepera, Antonio Mastrocola, Rubens do Amaral; e os srs. Bensaúde Branquinho Maracajá, presidente da UEE; José Augusto Medeiros, presidente do DCE da USP; Mario Schemberg, Francisco Henrique Cardoso, Raulo Lobato, João Cunha Andrade, Otávio Ianni, Solano Trindade, Paulo Duarte, Isolino da Cunha Mota, Livio Xavier, Reinaldo de Castro, Bráulio Pedroso, Martin Arrudão, Mauro Ostronoff, Eduardo Viszky e Emir Simão Sader, presidente da UPES.

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRATICO
Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO
João Sarmento Pimental
Presidente da Honra

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silverio da Costa Letra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22.9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA. FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M. G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.859 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Salscep, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praga —

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V N.º 49 - Junho de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por consequente de sua exclusiva responsabilidade.